



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Notas Explicativas 2022

1– Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

1.1 – Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

1.2 – Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método que vem sendo utilizado para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais.

1.3 – Imobilizado

O imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Após o reconhecimento inicial os elementos do ativo imobilizado ficam sujeitos à depreciação, uma vez que a amortização e exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação ainda serão implementados a partir do próximo exercício, uma vez que o nosso sistema de controle patrimonial se encontra em sua fase final para a implantação de tais procedimentos.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção serão incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Por outro lado, caso esses gastos não gerem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como despesa do período.

Informamos que a conta de bens imóveis não se encontra atualizada em virtude da ausência de lançamentos de ajustes em subcontas da conta 1232.1.0000, conforme situação abaixo:

| CONTA | SALDO |
|-----------------------------------|--------------|
| 1.2.3.2.1.01.03 - TERRENOS/GLEBAS | 711.750,80 |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

| | |
|--|---------------|
| 1.2.3.2.1.01.04 - ARMAZENS/GALPOES | 474.049,60 |
| 1.2.3.2.1.01.22 – ESTAC. E GARAGENS | 1.031.640,26 |
| 1.2.3.2.1.05.07 - SUBESTACOES | 18.830,00 |
| 1.2.3.2.1.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO | 25.381.753,15 |
| 1.2.3.2.1.07.00 - INSTALACOES | 44.368.056,61 |
| 1.2.3.2.1.99.05 - BENS IMOVEIS A CLASSIFICAR | 347.938,63 |

Fonte: Siafi

1.4 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade serão mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

1.5 – Depreciação, Amortização e Exaustão

1.5.1 – Bens Móveis

Os bens colocados em condições de uso anterior a esse período estão passando por processo de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, transcrito abaixo, para posterior registro da Depreciação, Amortização e Exaustão. Para tanto, estamos adotando a tabela de vida útil padronizada para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, estabelecida pela STN, através da Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Diante disso, o registro da Depreciação teve seu início no ano de 2016 para os bens colocados em condições de uso a partir de então, uma vez que os mesmos apresentavam valor monetário próximo da realidade, o que excluía a necessidade de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável.

Os bens colocados em condições de uso anterior a 1º de janeiro de 2016, sofreram o processo de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável, conforme cronograma estabelecido pela Nota Técnica nº 4/2015 – PROAD/IFRN, para posterior registro da Depreciação, Amortização e Exaustão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Entretanto, informamos que ainda não foram realizados os procedimentos de reavaliação e redução a valor recuperável dos bens móveis que foram colocados em condições de uso após passados 5 (cinco) anos.

Outrossim, informamos que adotamos a tabela de vida útil padronizada para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, estabelecida pela STN, através da Macrofunção SIAFI 02.03.30.

O método de cálculo dos encargos utilizado foi o das quotas constantes, método esse padronizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, uma vez que a informação deve ser consistente e comparável. A taxa de Depreciação, Amortização e Exaustão seguem a tabela de vida útil dos bens, estabelecida pela STN. Sendo assim, um bem com vida útil de 10 anos tem uma taxa de Depreciação de 10% a.a., sendo depreciado até atingir o seu Valor Residual, valores esses que também seguem os padrões para toda a Administração Pública Federal.

1.5.2 – Bens Intangíveis

Os procedimentos de Amortização dos Bens Intangíveis no âmbito deste IFRN tiveram início no exercício de 2017, apesar de o módulo de amortização do nosso sistema de controle patrimonial ainda estar em fase de adaptação.

O método de amortização adotado pelo IFRN segue o padrão sugerido para toda a Administração Pública Federal, ou seja, o das quotas constantes. A amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado contra uma conta retificadora do ativo.

A partir de 2017 a conta 12411.00.00 - Softwares (ativo intangível) foi segregada em 12411.01.00 - Softwares com vida útil definida e 12411.02.00 - Softwares com vida útil indefinida, sendo nos primeiros classificados os softwares sujeitos à amortização.

Quanto aos procedimentos da Amortização dos Bens Intangíveis correspondentes ao quarto trimestre de 2022, a conta 1.2.4.8.1.01.00 – AMORTIZACAO ACUMULADA encontra-se com um saldo de R\$ 928.061,51.

Informamos que neste exercício de 2022 não foram realizados lançamentos de amortização de bens intangíveis.

Outrossim, informamos que ainda não foram realizados os procedimentos de reavaliação e redução a valor recuperável dos bens intangíveis que foram colocados em condições de uso após passados 5 (cinco) anos.

1.6 – Obrigações Contratuais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Em 31/12/2022, o IFRN possuía um saldo de R\$ 162.703.565,77 na conta 812310200 – CONTRATOS DE SERVICOS dos quais R\$ 70.067.080,71 já foram executados (conta 812310202) restando R\$ 92.636.485,06 na fase de execução (conta 812310201), ou seja, este último saldo apresenta o saldo das parcelas de contratos que serão executadas nos próximos meses.

Do saldo total da conta 812310201, 56,94% encontram-se repousados sobre 3 (três) *Campi*, quais sejam: Reitoria (29,80%), Natal Central (16,73%) e Mossoró (9,92%).

Na tabela a apresentada a seguir, relacionamos os saldos na conta de contratos de serviços em execução com valores mais expressivos em aberto, na ata base de 31/12/2022, relativos ao órgão IFRN.

| CNPJ | FORNECEDOR | VALOR | % |
|----------------|--|----------------------|--------------|
| 02567270000104 | CLAREAR COM. E SERV. DE MAO DE OBRA | 11.478.538,83 | 12,00 |
| 02852277000178 | FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUC. E AO DES. TEC. | 11.150.832,86 | 11,66 |
| 08324196000181 | COMPANHIA ENERGETICA DO RN COSERN | 4.837.273,08 | 5,06 |
| 09216620000137 | BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS | 4.544.145,79 | 4,75 |
| 35519164000104 | JAGUARI EMPREENDIMENTOS LTDA | 3.670.933,42 | 3,84 |
| 04768594000136 | CONTATO SERV. DE CONS. E MANUT. | 2.934.232,94 | 3,07 |
| 06234467000182 | FUTURA SERV. PROF. ADM. LTDA | 2.755.730,27 | 2,88 |
| 31877045000172 | TIA DEDA REF. COLETIVAS SERV. E COM. | 2.543.597,08 | 2,66 |
| 02700617000145 | CONJAL - CONSTRUTORA JALES | 2.417.513,29 | 2,53 |
| 35909080000187 | PAULO VITOR D DE MEDEIROS | 2.344.298,89 | 2,45 |
| 110245 | FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL | 1.972.391,20 | 2,06 |
| 07360290000123 | SERVAL SERVICOS E LIMPEZA | 1.945.604,87 | 2,03 |
| 15195707000178 | ACC CONSTRUCOES EIRELI | 1.797.202,04 | 1,88 |
| 05340639000130 | PRIME CONS. E ASSES.EMPRESARIAL | 1.786.946,88 | 1,87 |
| 03506307000157 | TICKET SOLUCOES HDFGT S/A | 1.548.787,16 | 1,62 |
| 04008185000131 | INTERFORT SEG. DE VALORES | 1.505.205,17 | 1,57 |
| 09389289000157 | A C ENGENHARIA LTDA | 1.373.063,92 | 1,44 |
| 02558157013574 | TELEFONICA BRASIL S.A. | 1.224.846,60 | 1,28 |
| 09580934000114 | TGB ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS | 1.195.592,50 | 1,25 |
| 40938508000150 | MAQ-LAREM MAQ. MOVEIS E EQUIP. | 1.061.098,97 | 1,11 |
| 20217208000174 | GOLDI SERV. E ADMINISTRACAO | 1.047.781,86 | 1,10 |
| TOTAL | | 65.135.617,62 | 68,11 |

Fonte: Siafi

No que se refere à empresa CLAREAR COM. E SERV. DE MAO DE OBRA o valor refere-se à contratação dos serviços de continuados para atender aos estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE) firmado para atender a demanda de todos os *Campi* deste IFRN.

O valor referente à FUNCERN pode ser justificado pela contratação daquela fundação para gerenciamento de diversos projetos resultantes de termos de execução descentralizada realizados entre este IFRN e os mais variados órgãos públicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Quanto à Companhia Energética do RN, os seus valores são justificados pela grande demanda energética necessária para a manutenção das atividades estudantis distribuídas no âmbito deste IFRN.

No que tange à empresa BRS Suprimentos Corporativos, o seu valor refere-se à contratação dos serviços de outsourcing para operação de almoxarifado virtual *in company* sob demanda, integrados ao Sistema Web disponibilizado e implementado pela empresa, envolvendo fornecimento de material de consumo administrativo, com entrega porta-a-porta nos endereços das unidades usuárias dos serviços, atendendo às necessidades da Reitoria e dos *Campi* deste IFRN.

Os demais fornecedores de curto prazo de todos os *Campi* representam 34,64% do total daquela conta (812310201).

Por outro lado, foi observado que algumas contas desses supracitados contratos estão com os seus saldos incorretos, uma vez que os serviços já foram concluídos ao passo que não foram dadas as respectivas baixas no sistema SIAFI. Tais procedimentos de ajustes serão implementados no decorrer deste exercício.

2 – Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

2.1 – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em circulante e não-circulante, com base em atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Foram utilizados os seguintes critérios para o devido enquadramento em circulante e não-circulante: a) em relação aos ativos: como circulante, os bens e direitos disponíveis para realização imediata e os que tiverem a expectativa de realização até o término do exercício seguinte; os demais ativos foram classificados como não-circulante; b) em relação aos passivos: como circulante, os valores exigíveis até o final do exercício seguinte e aqueles correspondentes a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando o Instituto for o fiel depositário, independentemente do prazo de exigibilidade; os demais passivos foram classificados como não-circulante. Aplicações financeiras: são registradas pelos montantes aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Estoques: correspondem aos bens de consumo existentes no final do exercício. Imobilizado: estão demonstrados pelo custo de aquisição e os bens adquiridos a partir de 2016 já sofreram depreciações.

2.1.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Compreende ao somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Abaixo apresentamos a sua segregação:

| Caixa e Equivalentes | 31/12/2022 | 30/09/2022 |
|--|----------------------|----------------------|
| Limite de Saque c/ Vinc. de Pagamento | 4.832.709,87 | 5.582.420,03 |
| Lim de Saque c/ Vinc. De Pgto – Ordem Pgto | 50.541.782,05 | 30.615.677,34 |
| Bancos conta Movimento | 114.438,67 | 95.842,09 |
| TOTAL | 55.488.930,59 | 36.293.939,46 |

Fonte: Siafi

O saldo na conta de Lim de Saque c/ Vinc. De Pgto – Ordem Pgto se deve em quase a sua totalidade ao valor do pagamento da folha dos servidores ativos, inativos e pensionistas do IFRN, uma vez que especificamente naquele mês houve a passagem do saldo.

Os valores registrados em contas da Caixa Econômica Federal – CEF são decorrentes de depósitos em caução referente a diversas garantias de contratos administrativos da IFRN.

2.1.2 – Bens Imobilizados

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Caso os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.1.3 – Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

2.1.4 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados a cada 2 anos em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2022, o IFRN apresentou um saldo de R\$ 661.741,31 relacionados a intangível, conforme podemos observar na tabela abaixo:

| Intangível | 31/12/2022 | 30/09/2022 |
|---|-------------------|-------------------|
| Software com Vida Útil Definida | 1.300.517,38 | 1.300.517,38 |
| Software c/ Vida Útil Indefinida | 169.022,00 | 169.022,00 |
| Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida | 120.263,44 | 120.263,44 |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

| | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| (-)Amortização Acumulada | (928.061,51) | (928.061,51) |
| TOTAL | 661.741,31 | 661.741,31 |

Fonte: Siafi

A maioria dos valores registrados nesse grupo são referentes às aquisições de Softwares com vida útil definida (81,80%), que tiveram os seus valores registrados pelo valor de aquisição.

Pudemos observar que não houve alteração nos saldos de intangíveis no âmbito deste IFRN, demonstrando que não houve qualquer lançamento de amortização nesse último trimestre de 2022.

Os procedimentos de Amortização dos Bens Intangíveis no âmbito deste IFRN tiveram início no exercício de 2017, apesar de o módulo de amortização do nosso sistema de controle patrimonial ainda estar em fase de adaptação. No mesmo período também realizamos o desmembramento da conta de Softwares em 12411.01.00 – Softwares com vida útil definida e 12411.02.00 – Softwares com vida útil indefinida, sendo nos primeiros classificados os softwares sujeitos à amortização, entretanto, neste exercício de 2022 ainda não foi realizado tal procedimento.

O método de amortização adotado pelo IFRN segue o padrão sugerido para toda a Administração Pública Federal, ou seja, o das quotas constantes. A amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado contra uma conta retificadora do ativo.

2.1.4.1 – Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

Até a presente data, o IFRN não realizou nenhum *impairment* nos seus ativos intangíveis. A avaliação dos ativos do intangível deve ocorrer quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, têm a recuperação do seu valor testada a cada 2 anos, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

2.1.5 – Fornecedores e Contas a Pagar

| Fornecedores e Contas a Pagar | 31/12/2022 | 30/09/2022 | AH% |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| Nacionais | 3.091.013,55 | 4.997.582,36 | -38,15% |
| TOTAL | 3.091.013,55 | 4.997.582,36 | -38,15% |

Fonte: Siafi



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Em 31/12/2022, o órgão 26435 – IFRN apresentou um saldo em aberto de R\$ 3.091.013,55 relacionado a conta contábil 21.300.00.00 “Fornecedores e Contas a Pagar - CP”, referente a obrigações de curto prazo, dos quais, 100% desse valor é pertencente a conta de FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS - 2.1.3.1.1.00.00.

Do saldo total da conta 2.1.3.1.1.04.00, 82,11% encontram-se repousados sobre os *Campi*: Natal Central (45,05%), Reitoria (28,74%) e João Câmara (8,32%).

Na tabela a apresentada a seguir, relacionamos os saldos na conta de fornecedores com valores mais expressivos em aberto, na data base de 31/12/2022, relativos ao órgão IFRN.

Cabe destacar que o fornecedor “FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (CNPJ 02.852.277/0001-78)” que apresenta um saldo em aberto equivalente a 54,09% (R\$ 4.165.720,00) do total, seguido pela “BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A LTDA (CNPJ 09216620000137) com um saldo percentual de 10,71% (R\$ 824.533,94) do valor total.

| CNPJ | FORNECEDOR | VALOR | % |
|----------------|--|---------------------|--------------|
| 02852277000178 | FUND. DE APOIO A EDUC. E AO DES. TECN. | 1.787.837,04 | 57,84 |
| 11259698000180 | ASSOC. POTIGUAR DOS ASSENT. DA REFO | 219.198,00 | 7,09 |
| 03325436000149 | MARANATA PREST. DE SERV. E CONSTRUCOES | 155.901,20 | 5,04 |
| 35653880000180 | PAISAGEM COMERCIO E SERVICOS LTDA | 117.900,00 | 3,81 |
| TOTAL | | 2.280.836,24 | 73,79 |

Fonte: Siafi

Com relação ao saldo referente ao fornecedor “FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (02.852.277/0001-78)”, destacamos que esse valor é decorrente de diversos projetos realizados no âmbito deste IFRN.

Não consta saldo para a conta contábil 22.300.00.00 “Fornecedores e Contas a Pagar - LP”, todo referente a obrigações de longo prazo.

2.1.6 – Provisões

Não constam saldo para as contas contábeis 21.700.00.00 “Provisões Curto Prazo” e 22.700.00.00 “Provisões – Longo Prazo”.

2.2 – Balanço Financeiro

2.2.1 – Receitas Orçamentárias



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

As Receitas Orçamentárias são classificadas em Ordinárias e Vinculadas. As Receitas Ordinárias compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Já as Receitas Vinculadas compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte / destinação de recursos. As fontes / destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

No quarto trimestre de 2022 as Receitas orçamentárias do IFRN totalizaram R\$ 751.029,17 já com as deduções da receita. Esse valor representa apenas 0,076% do total dos ingressos do Balanço Financeiro, demonstrando que as maiores parcelas dos recursos financeiros para pagamento das despesas são decorrentes das Transferências Financeiras Recebidas e os Recebimentos Extraordinários, que juntos representam 93,19% dos ingressos.

No supracitado período houve uma diminuição na arrecadação das Receitas Orçamentárias na ordem de 55,25% quando comparado ao mesmo período de 2021.

Ao final daquele período, o Balanço Financeiro apresentou um saldo de R\$ 66.908.073,34.

2.2.2 – Deduções da Receita Orçamentária

Houve dedução na receita orçamentária no quarto trimestre de 2022 da ordem de R\$ 745.161,32, ao passo que, no mesmo período do exercício anterior tivemos uma dedução da receita da ordem de R\$ 11.828,00.

2.2.3 – Despesas Orçamentárias

No quarto trimestre de 2022 as Despesas Orçamentárias representaram 72,40% de todos os dispêndios, sendo 87,78% de Despesas Ordinárias e 12,22% de Despesas Vinculadas. No comparativo com o mesmo período de 2021 as Despesas Orçamentárias tiveram um acréscimo de 5,85%.

No Balanço Financeiro as Despesas Vinculadas são apresentadas pela sua classificação funcional, ou seja, segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42/1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo.

2.3 – Balanço Orçamentário

No Balanço Orçamentário são demonstradas as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Elaborado de acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, e adequado às novas normas de contabilidade, evidencia a previsão da receita e a fixação da despesa, suas respectivas atualizações ocorridas durante o exercício, e as despesas liquidadas e pagas por conta da execução orçamentária.

2.3.1 – Receitas Orçamentárias

Em 2022 o IFRN apresentou uma previsão inicial de R\$ 2.558.920,00, das quais foi realizada apenas R\$ 751.029,17. Tal valor deve-se ao fato de apenas neste exercício ter havido a devolução do recurso financeiro no valor de R\$ 655.493,95 referente ao TED 158/2017 oriundo do Fundo Nacional da Saúde – FNS, por meio de retifica GRU, conforme 2022RA000083 realizado em 25/08/2022.

O IFRN chegou ao final do exercício de 2022 apresentando um montante de R\$ 751.029,17 a título de receita realizada, ao passo que a sua previsão inicial atualizada era de R\$ 2.558.920,00. Daquele valor, 100% referem-se às receitas correntes, uma vez que não houve no período, nenhuma arrecadação de Receita de Capital. Dentre as receitas arrecadadas, as de maior representatividade foram as receitas patrimoniais com um valor de R\$ 428.472,02, representando 57,05% de todas as receitas arrecadas, seguidas por 21,94% das receitas de serviços, correspondendo a um valor arrecadado de R\$ 164.760,10.

2.3.2 – Despesas Orçamentárias

A despesa orçamentária, assim como a receita orçamentária, é classificada em duas categorias econômicas: Despesas Correntes e de Capital. As Despesas Correntes são todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ou aquisição de um bem de capital, por outro lado as de Capital contribuem para a formação ou aquisição de um bem.

2.3.2.1 – Despesas Correntes

Das despesas correntes empenhadas até dezembro de 2022, 82,52% foram relativas a Pessoal e Encargos Sociais e 17,48% de Outras Despesas Correntes. Dessas despesas correntes empenhadas, 93,61% foi objeto de liquidação e 85,66% foram devidamente pagas.

Durante o período, 100% das Despesas Executadas foram decorrentes dos Créditos Iniciais, não havendo abertura de Créditos Suplementar, Especial ou Extraordinários. Também não houve a utilização do superávit financeiro do exercício anterior para abertura de crédito.

2.3.2.2 – Despesas de Capital

As despesas de capital empenhadas no quarto trimestre de 2022 representaram apenas 2,72% do total das despesas orçamentárias, com um montante de R\$ 19.569.800,61, dos quais 11,37% foram liquidadas e 11,07% efetivamente pagas.

2.3.2.3 – Restos a Pagar

Informamos que o saldo total da conta 63.0.0.0.00.00 “Execução de Restos a Pagar” totaliza, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 262.945.354,78, cuja composição de 55,74% (R\$ 146.554.383,98) refere-se a conta contábil 6.3.1.0.0.00.00 “Restos a Pagar Não Processados” e 44,26% (R\$ 116.390.970,80) a conta contábil 6.3.2.0.0.00.00 “Restos a Pagar Processados”.

2.3.2.3.1 – Restos a Pagar Não Processados

Quanto à conta contábil 6.3.1.0.0.00.00 “Restos a Pagar Não Processados” observa-se que seus maiores saldos estão concentrados nas contas contábeis 631400000 – RP Não Processados Pago (48,46%), 631700000 - RP Não Processados Inc. no Exercício (42,37%), 631100000 – RP Não Processados a Liquidar (6,51%), 631900000 – RP Não Processados Cancelados com 2,28% e 631300000 – RP Não Processados Liquidados a Pagar (0,27%) oriundos dos empenhos de 2021 inscritos em Restos a Pagar e de exercícios anteriores, conforme planilha abaixo.

em reais

| Conta Contábil | Nomenclatura | Saldo | % |
|-----------------------|---------------------|--------------|----------|
|-----------------------|---------------------|--------------|----------|



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

| | | | |
|--------------|---------------------------------------|-----------------------|----------------|
| 631100000 | RP Não Processados a Liquidar | 9.542.958,56 | 6,51 |
| 631300000 | RP Não Processados Liquidados a Pagar | 401.035,36 | 0,27 |
| 631400000 | RP Não Processados Pago | 71.017.326,72 | 48,46 |
| 631700000 | RP Não Processados Insc. no Exercício | 62.099.017,53 | 42,37 |
| 631800000 | RPNP Excetuados Processo Cancelamento | 156.095,33 | 0,11 |
| 631900000 | RP Não Processados Cancelados | 3.337.950,48 | 2,28 |
| TOTAL | | 146.554.383,98 | 100,00% |

Fonte: SIAFI

A conta de maior vulto 631400000 – RP Não Processados Pago se deveu ao fato de Administração deste IFRN ter implementado, de forma ostensiva, o controle dos saldos das contas de restos a pagar, uma vez que já implementou a execução de R\$ 71.017.326,72 no decorrer do corrente ano.

Tivemos a implementação da conta 6317000000 – RP Não Processados Inscritos no Exercício referente aos empenhos de 2022 que tiveram a sua inscrição autorizada.

O saldo da conta 631100000 – RP Não Processados a Liquidar refere-se à inscrição dos empenhos de 2021 e anteriores em Restos a Pagar por ocasião do encerramento do exercício. Cabe ressaltar que aquela conta teve o seu resultado bastante diminuído, uma vez que o seu saldo inicial era de R\$ 76.630.427,42, reflexo de uma boa execução financeira deste IFRN.

O saldo na conta 631900000 – RP Não Processados Cancelados deve-se aos empenhos cancelados, refletindo o grande controle que este órgão passou a ter com a sua execução orçamentária, obedecendo os limites legais.

2.3.2.3.2 – Restos a Pagar Processados

Quanto a conta contábil 6.3.2.0.00.00 “Restos a Pagar Processados” observa-se que seus maiores saldos estão concentrados na conta contábil 632200000 – RP Processados Pagos (51,48%) e 632700000 – RP Processados Inscritos no Exercício, conforme planilha abaixo.

| em reais | | | |
|-----------------------|---------------------------------------|----------------------|---------------|
| Conta Contábil | Nomenclatura | Saldo | % |
| 632100000 | RP Processados a Pagar | 624.734,78 | 0,54 |
| 632200000 | RP Processados Pagos | 59.912.559,65 | 51,48 |
| 632700000 | RP Processados Inscritos no Exercício | 55.656.674,83 | 47,82 |
| 632900000 | RP Processados Cancelados | 197.001,54 | 0,17 |
| TOTAL | | 60.734.295,97 | 100,00 |

Fonte: SIAFI

A expressiva quantia registrada na conta 632200000 – RP Processados Pagos reflete a ostensiva execução financeira desenvolvida no âmbito deste IFRN



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

no decorrer do presente exercício. Ao mesmo tempo em que a conta 632100000 – RP Processados a Pagar traduz a execução orçamentária que está sendo realizada neste Órgão.

Paralelamente, foi criada a conta 632700000 – RP Processados Inscritos no Exercício, que abriga os saldos dos empenhos de 2022 que haviam sido processados e que tiveram os seus saldos transpostos para o exercício seguinte.

2.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A sua elaboração tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas – VPD) e 4 (variações patrimoniais aumentativas – VPA).

Por se tratar essa demonstração apenas do Órgão IFRN, as contas intraorçamentárias são apresentadas, sendo excluídas somente na consolidação das demonstrações contábeis no âmbito do ente.

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas, sendo que as primeiras decorrem das transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, enquanto que as últimas decorrem das transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

2.4.1 – Variações Patrimoniais Aumentativas

A seguir apresentamos as variações mais significativas ocorridas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP no tocante as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's do terceiro trimestre de 2022.

2.4.1.1– Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Esse grupo apresentou uma variação negativa de 57,80% no comparativo com o exercício anterior. Tal decréscimo deve-se ao fato de, neste período, ter havido a devolução do recurso financeiro no valor de R\$ 655.493,95 referente ao TED 158/2017 oriundo do Fundo Nacional da Saúde – FNS, por meio de retificação GRU, conforme 2022RA000083 realizado em 25/08/2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

2.4.1.2 – Venda de Mercadorias

Houve uma variação positiva de 418,91% referente à Venda de Mercadorias no exercício em relação ao mesmo período de 2021, referente à receita de produção animal oriunda dos Campus Apodi e Ipangaçu.

2.4.1.3 – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Essa conta apresentou uma variação negativa da ordem de 62,76% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Tal decréscimo deve-se ao fato de, neste período, ter havido a devolução do recurso financeiro no valor de R\$ 655.493,95 referente ao TED 158/2017 oriundo do Fundo Nacional da Saúde – FNS, por meio de retifica GRU, conforme 2022RA000083 realizado em 25/08/2022.

2.4.1.4 – Ganhos com incorporação de Ativos

Apresentou uma variação negativa de 15,37% em relação ao mesmo período de 2021. Tal expressividade se deu principalmente em virtude do repasse financeiro realizado por este IFRN para atender a demanda do curso de mestrado em Administração firmado através dos TEDs 1/2016 e 2/2021.

2.4.1.5 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

Esse grupo apresentou a expressiva variação positiva de 108,14% no comparativo com o exercício de 2021, cujo maior montante se deveu à devolução de recursos financeiros oriundo do Ministério da Saúde para ajuste de fonte orçamentária.

2.4.1.6 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

No final de dezembro de 2022 esse grupo apresentou o valor de R\$ 624.706,53 contra um valor de R\$ 635.426,52 para o exercício mesmo período de 2021, ou seja, uma variação negativa de 1,69% no comparativo.

Tal variação decorre, principalmente, dos valores arrecadados através de Guia de Recolhimento da União – GRU, classificados como Indenizações e Restituições devidas ao IFRN e/ou ao Tesouro Nacional.

2.4.1.7 – Reavaliação de Ativos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Não houve o registro de reavaliação de bens imóveis no SPIUnet neste exercício de 2022.

2.4.2 – Variações Patrimoniais Diminutivas

A seguir apresentamos as variações mais significativas ocorridas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP no tocante as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's.

2.4.2.1 – Depreciação, Amortização e Exaustão

Esse grupo apresentou uma variação negativa de 3,93% em relação ao mesmo período de 2021. O maior destaque dessa variação está na conta de Depreciação de Bens Móveis correspondendo a R\$ 13.871.647,31, sendo seguido por R\$ 391.858,67 referentes à Depreciação de Bens Imóveis.

2.4.2.2 – Perdas Involuntárias

Houve uma variação positiva da ordem de 148,96% nessa conta se comparada ao mesmo período do exercício anterior. Tal fato é resultante de diversas baixas patrimoniais que estão sendo realizadas mais notadamente na Reitoria (52,71%) e nos *Campi* São Gonçalo do Amarante (12,10%) e Ipanguaçu (9,32%).

2.4.2.3 – Desincorporação de Ativos

Esse grupo de VPD apresentou uma variação positiva de 1.553,60%, cuja maior variação se deu no Campus Santa Cruz em virtude de baixa de bens Imóveis já lançados no Spiunet (44,07%), seguidos pela baixa da conta de Intangíveis realizado na Reitoria (31,15%), pela baixa de bens móveis nos Campi Natal Central (17,32%) e Currais Novos (6,76%), tudo de acordo com a macrofunção SIAFI 020330.

2.4.2.4 – Contribuições

No período de referência, o grupo Contribuições apresentou uma variação negativa de 46,43% no comparativo ao mesmo período de 2021. O maior volume dessas contribuições é sobre o PIS/PASEP que equivale a 86,53%, em seguida os pagamentos decorrentes das obrigações patronais sobre o serviço prestado por pessoa física, correspondendo a 11,36% e a Contribuição para serviço de iluminação pública referente a 2,10% do total daquela conta.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Sendo assim, a variação apresentada é em virtude de menor volume de pagamentos realizados por serviços prestados por pessoa física, logo o montante recolhido como obrigação patronal também é menor, tendo em vista que valor corresponde ao percentual de 20% sobre os serviços.

2.4.2.5 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Houve uma variação negativa da ordem de 21,03% em virtude do pagamento das Taxas de Limpeza em favor das diversas prefeituras, mais notadamente distribuídas pelo estado do Rio Grande do Norte.

2.4.2.6 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

No quarto trimestre de 2022 essa conta apresentou um saldo positivo em relação ao mesmo período do exercício anterior da ordem de 51.724,22%, que, embora apresentado expressiva diferença em termos relativos, em termos absolutos tivemos uma variação de apenas R\$ 5.970,15, resultante do pagamento de juros de mora e multas indedutíveis, bem como, dos descontos financeiros concedidos estabelecidos em instrumentos contratuais, nos Campi Apodi e Mossoró.

3 – Despesas relacionadas ao enfrentamento à calamidade pública decorrente da COVID-19

Para o enfrentamento da COVID-19, não foram repassados para o IFRN recursos específicos para essa finalidade, a exemplo de 2020, quando foram celebrados dois Termos de Execução Descentralizada (TED) com a Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC/MEC.

No entanto, o IFRN destinou **R\$ 52.432,00** originários da dotação ordinária do Instituto da própria Unidade Orçamentária prevista na LOA 2022 de custeio e manutenção para ações de enfrentamento e combate à COVID-19.

Os recursos orçamentários para essas despesas foram provenientes das seguintes ações orçamentárias:

20RL – R\$ 22.070,00, cujas despesas foram realizadas:

- em sua maior parte (R\$ 10.870,00) para a aquisição de materiais de consumo (saneantes, máscaras descartáveis etc); e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

- em menor parte (R\$ 11.200,00) em projetos de extensão e pesquisa, que visaram o apoio às ações de combate e diagnóstico das situações causadas pela pandemia de COVID-19 nas comunidades locais e regionais.

2994 – R\$ 30.362,00, cujas despesas foram realizadas.

- em sua maior parte (R\$ 19.862,00) para a aquisição de materiais de consumo (saneantes, máscaras descartáveis etc); e
- em menor parte (R\$ 10.500,00) em projetos de extensão e pesquisa, que visaram o apoio às ações de combate e diagnóstico das situações causadas pela pandemia de COVID-19 nas comunidades locais e regionais.

Do total executado (R\$ 52,432,00), 70,4% foram liquidados no próprio exercício de 2022, sendo o restante inscrito em restos a pagar não processados em 2023.